



TATE/SEFIN
Fls nº 62

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

PROCESSO : 20212700100028
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 1220/2021
RECORRENTE : PORTOSOFT COM. DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA.
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RELATOR : JULGADOR - ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO
RELATÓRIO : Nº 120/24/2ªCÂMARA/TATE/SEFIN

02 – VOTO DO RELATOR

A autuação ocorreu em razão de o sujeito passivo omitir operações de saídas de mercadorias no exercício de 2017, apuradas com o cruzamento de informações das notas fiscais emitidas e recebidas com os estoques declarados nas EFD conforme demonstrado com o levantamento fiscal de estoque do relatório em anexo.

Foram indicados para a infringência o artigo 77, inciso IV, alínea “b” da Lei 688/96 e aplicada para penalidade o artigo 77, inciso IV, alínea “b” da Lei 688/96.

O sujeito passivo foi cientificado via eletrônica por meio do DET em 28/01/2021 conforme verso fl. 17. Foi apresentada Defesa Tempestiva em 25/02/2021, fls. 18-27. Posteriormente a lide foi julgada procedente em 1ª Instância, conforme decisão às fls. 28-32 dos autos. A decisão singular foi notificada ao sujeito passivo em 21/07/2021, via eletrônica por meio de DET, conforme fls. 33-34.

Irresignada a autuada interpõe Recurso Voluntário em 13/08/2021 (fls. 35-42) contestando a decisão “a quo”, trazendo dos fatos, da preliminar, do mérito e dos pedidos.

A decisão singular de procedência não respeitou as provas trazidas e, portanto, se insurge neste Recurso.

Pede que os valores lançados sejam revistos se colocando à disposição, solicita sustentação oral e que o Recurso, por fim, seja julgado improcedente.



ESTATE/SEFIN
Fls nº 63

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

É o breve relatório.

**02.1 – DA ANÁLISE DOS AUTOS E FUNDAMENTOS DO
VOTO**

A exigência fiscal ocorre em razão de o sujeito passivo omitir operações de saída (vendas de mercadorias) em 2017. Foi elaborado levantamento baseado nos Estoques, notas fiscais de saídas e de entradas. Foi notificada da decisão de procedência da primeira instância em 13/08/2021 via DIFT.

Razões do Recurso

Em seu recurso, traz dos fatos, da preliminar e do mérito. Explica a autuação com a descrição da infração, sua capitulação, a multa e o valor do crédito tributário.

A decisão singular de procedência não respeitou as provas trazidas e, portanto, se insurge neste Recurso.

Em preliminar informa que notificada ou intimada de possíveis indícios de irregularidades ou de não conformidades detectados pelo Sistema FISCOFORME para o período fiscalizado conforme Dec. 23856/19 resultando em cerceamento e supressão ao direito à ampla defesa e ao contraditório.

Está em atividade há mais de 26 anos praticando uma política de bons valores. Informa que age com lealdade e de forma ilibada em todas as esferas de relacionamento. Age da mesma forma na sua relação com o fisco estadual, pois é uma empresa tradicional no Estado de Rondônia.

A presente autuação tem relação com o auto de infração 20212700100029 por ser o mesmo período fiscalizado.

Não procede a suposta omissão e informação incompleta das entradas de mercadorias do exercício de 2017 no estabelecimento do contribuinte lastreado em levantamento fiscal que teve como fundamento o cruzamento de informações entre notas fiscais e as EFD.



ESTADO DE RONDÔNIA
F.S. nº 64

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

Traz a decisão singular e esclarece que as imobilizações das motos HONDA CG125, consta escriturado regularmente no SPED, sob o CFOP 1406, e descrita na planilha elaborada pelo fisco denominada “análise estoque2017”, aba “entradas com chave 2017” linhas 2775, 2776, 2777 e 2778, código do produto 19666.

Na competência 08/2017 no SPED evidencia o registro das motos Honda integrado no imobilizado da recorrente.

Esses produtos foram considerados como sujeito ao controle do estoque, como se fossem produtos destinados à revenda, interpretação que não corresponde aos fatos mencionada, aba “resumo estoque2017” linha 2414, coluna “quantidade Entrada NFE+NFCE” produto código 19666.

As vendas a varejo, principalmente produtos com o mesmo NCM e que possuem uma variedade de cores, tamanho, numeração etc. “comum” e “variável”. Ocorre divergências de saturamento que reflete diretamente no saldo de estoque, dado a diversidade qualitativa do produtos cadastrado, ocorrendo assim a baixa em um determinado cadastro quando deveria ser outro, gerando uma falsa informação de estoque negativo ou positivo para corrigir essas pequenas variações (negativas ou positivas) é efetuado o ajuste no sistema de controle de estoque do contribuinte de forma a adequar à situação de fato, para esclarecimentos dos fatos, a partir da planilha produzida pelo fisco, o contribuinte elaborou a planilha “Portosoft Matriz – Planilha Comparada”, onde na aba “AI 202127001000028 e final 029” foi acrescido as colunas “R à U”, evidenciando os registros positivos e negativos de estoque.

Traz como exemplo, o produto 19117 denominado “cabo p/ rede nexans trancado cat.5c primeira linha” que é adquirido na unidade de medida “caixas” e vendido em unidade de metros, gerando assim uma distorção em relação ao quantitativo no saldo final de estoque não suprimindo ou reduzindo em nenhum aspecto o fato gerador do ICMS.

A empresa tem a rotina “ajuste para venda” para converter a unidade de medida utilizando a legenda P (ajuste positivo). Demonstra um exemplo no



ESTATE/SEFIN
Fla nº 65

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

qual o contribuinte adquiriu 02 caixas de produto cabo p/ rede contendo 305 metros cada totalizando assim 610 metros.

No caso de aquisição de produtos da mesma espécie, como exemplo da “CPU” microprocessador, na qual tem uma variedade de modelos. Ocorre, com isso, o cadastramento equivocado de um determinado produto modelo “X” no código de produto de outro modelo, o que só vem a ser detectado posteriormente, em geral no momento do faturamento, oportunidade em que necessariamente se faz o ajuste, de forma a transferir o saldo de estoque de um produto para integrar o outro produto.

Os produtos comercializados pelo sujeito passivo geram garantia dos produtos aos clientes, essas relações são lastreadas em documentos fiscais como devoluções ou trocas, logo não se pretende ter interesse em contrário por parte do sujeito passivo em causar prejuízo ao erário público.

Diz que o Juiz monocrático tinha prova que a moto Honda adquiridas para o imobilizado conforme o lançamento na EFD no mês de 08/2017. Não trouxe nada no mérito, pois foi apresentada planilha comparativa apresentada pelo Recorrente, baseada na mesma planilha trazida pelo autor.

Questiona por que o Julgador Singular não entende o valor probatório da planilha do sujeito passivo. Nela está indicado os fundamentos do contraditório, no caso do imobilizado indicando o C/IOP correto das operações. Portanto não remanesce dúvida quanto da legitimidade da informação trazida.

Em relação a classificação dos produtos para fins de movimentação dos estoques, ainda que o sistema de controle interno de mercadorias do contribuinte não tenha realizado a conversão da unidade da medida, fato que é que foram emitidos documentos fiscais de saídas para todos os produtos envolvidos, portanto, não se figura hipótese de qualquer lesão ao erário público, no que diz à arrecadação de tributos, que é objeto da ação fiscal, pois ao exigir novamente o recolhimento de ICMS, sobre o mesmo fato gerador estaria assim incorrendo o chamado “bis in idem”.



TAPE/SET/1
Folha 66

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

É cediço que em cumprimento ao princípio da informalidade, a Administração, ao considerar as manifestações do administrado, não poderá ater-se a rigorismo formais, devendo adotar “forma simples, suficientes para propiciar maior grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados”.

Por força do princípio da legalidade, compete à autoridade administrativa a busca da verdade material, independentemente de haver ou não constatação por parte do contribuinte e independentemente das provas apresentadas, em se verificando alguma ilegalidade ou irregularidade na exigência fiscal, é dever do agente corrigir de ofício, mesmo que não seja objeto de impugnação, sob pena de estar o Fisco se apropriando de algo que não lhe pertence, é justamente neste sentido que o contribuinte vem apelar a esta corte que ao julgar o presente recurso leve em consideração a verdade material dos fatos no que diz respeito a ausência de conduta atípica de forma a causar prejuízo ao erário público.

Considerando a matéria discutida, a Recorrente fundada no artigo 78, inciso IV do Decreto nº 9.257/2000 (Regimento Interno do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais - TATE), propõe ao julgador de segunda instância a realização de diligência e perícia com vista à revisão dos lançamentos e cálculos do crédito em questão, se colocando à disposição.

Requer dcsdc já o direito a sustentação oral.

Por ser a auditoria está contaminada pelos erros apontados, portanto ausente está a liquidez e certeza do crédito tributário exigido, motivo pelo qual acreditando no alto grau de discernimento dos nobres julgadores requer a improcedência total do auto de infração.

Apresentou os mesmos argumentos trazidos na defesa inicial.

A Decisão Singular trouxe que o sujeito passivo omitido ou informado de maneira incompleta, operações de entradas de mercadorias em apuração fiscal dos estoques dos produtos comercializados.



ESTATE/SEFIN
F's nº 67

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

A defesa informou que alguns produtos podem sofrer resultado “falso estoque positivo ou negativo”. Este fato não pode prosperar, pois o fisco apurou as entradas e saídas dos produtos, em confronto com os estoques, tudo conforme declarado ou emitido pelo impugnante. O dever de zelo na contabilização é ônus do contribuinte.

A defesa informou que determinado produto (19117) teria sido adquirido em caixas e vendidos em metros. Explica que os códigos dos produtos devem ser diferentes para “caixas” ou “metros”.

Se um produto é adquirido em determinada medida e vendida em outra deve ser feita a reclassificação da mercadoria, em determinada medida e vendido em outra deve ser feita a reclassificação da mercadoria, em procedimento contábil interno, adotando novo código, dando-se baixa no original.

Jamais pode-se utilizar do mesmo código, dando baixa no original. Jamais deve ser utilizado do mesmo código. É insubstancial a tese defensiva, pois não foi carregada prova do fato conforme art. 84 da Lei 688/96.

A tese da defesa de que existem alguns produtos que podem ter sido classificados incorretamente não merece guarda (dever de zelo contábil). A simples elaboração de planilha comparativa não fornece dados suficientes para concluir erros apuratórios na fiscalização.

Conclui correto o procedimento e o lançamento fiscal.

Foi exarado Despacho pelo Presidente para o autuante verifique o memorial de cálculo utilizado para apurar as diferenças frente as argumentações do sujeito passivo.

Nas, fl. 46, o autuante traz em sua Manifestação Fiscal concorda somente sobre a mercadoria Moto Honda que são para o ativo imobilizado e não para comercialização e devem ser retiradas da autuação.

Sobre os outros produtos como celulares e processadores, traz que o Manual do SPED deixa claro que não se pode ter códigos para o mesmo produto.



ESTATE/SEFIN
Fls nº 68

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Sobre o alegado, não pode prosperar, pois os números de quantidades de entradas e saídas, há divergência pelo trazido na defesa e o efetivamente escriturado.

Por isso somente acata o argumento do ativo mobilizado, pois o sujeito passivo não pode alçar erro na sua própria declaração sem a devida comprovação do fato ocorrido.

Deve ser considerada a escrituração apresentada pelo sujeito passivo com os fatos apurados na auditoria.

Na Manifestação do Sujeito Passivo, ele traz que a autoridade autuante reconheceu que houve equívoco parcial de sua parte e tenha expurgado o lançamento das “Motos Honda”, ainda assim o quantum apurado não corresponde à verdade material dos fatos.

Nas vendas a varejo existem diversos produtos com o mesmo NCM em razão da variedade de marcas, cores, tamanho, numeração, etc.., sendo comum ocorrer divergências quando do faturamento desses produtos, dado a diversidade qualitativa dos produtos cadastrados, o que culmina por refletir nos saldos estoques, sendo necessário por ocasião do faturamento de um determinado produto ocorrer o “lançamento de ajuste” no sistema de estoques, “ajuste positivo, representado pela letra “P” para gerar saldo e “ajuste negativo, representado pela letra “N” para baixa, logo, os lançamentos de ajuste de estoques estão correlacionados, conforme se poderá atestar, ao analisar as cópias digitalizadas dos relatórios de análises por produtos emitidos pelo contribuinte.

Anexa diversos exemplos, fls. 03-90.

Ademais, em julgamento do P.A.T nº 20202701200135, em grau de recurso, ocorrido em 29 de março de 2023, do mesmo contribuinte, porém, de outro estabelecimento filial, em matéria análoga e sob as mesmas circunstâncias, o colegiado decidiu pela IMPROCEDÊNCIA do auto de infração.



STATE/SEFIN
fls n° 69

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Pelas razões expostas, pelo conjunto probatório que dos autos consta, pela ausência de liquidez e certeza do crédito tributário exigido e pela **precariedade da ação fiscal**, o contribuinte nessa oportunidade **IMPUGNA** o novo cálculo apresentado pela autoridade autuante, pelos motivos acima delineados, ratificando no que couber os termos do **RECURSO VOLUNTÁRIO** apresentado anteriormente.

Pede que ao apreciarem e julgarem o presente processo, decidam pela **IMPROCEDÊNCIA TOTAL**, do auto de infração, por ser dâ mais lídima justiça.

O Representante do Fisco Estadual trouxe o Parecer Fiscal 16/2024, fls. 51-53 no qual pugna pela improcedência da autuação fiscal pois constatou que as alegações posteriores trazidas pelo sujeito passivo ainda persistem demonstrando existir erros na apuração.

Foi constatado que as alegações posteriores trazidas pelo sujeito passivo ainda persistem e demonstram existir erros não saneados na apuração que, por sua vez, deixam a ação fiscal desprovida de liquidez e certeza do quantum devido uma vez que a Autoridade Autuante mesmo tendo recebido o processo para a devida manifestação, não efetuou a confecção de novas planilhas a fim de sanear as impropriedades apontadas.

Saliente-se que, qualquer levantamento fiscal realizado para apurar diferenças em movimentação de entradas e saídas de mercadorias deve ser realizada com critério que busque considerar as particularidades do negócio a que o sujeito passivo está submetido.

Por óbvio, a desconsideração de tais nuances inevitavelmente leva a resultados dispareces e incertos, o que, em nosso ordenamento só favorece o Sujeito Passivo.

Nesse sentido, não há como identificar qual resultado/apuração é o correto sem que se resfaça por completo a auditoria demandada na ação fiscal, sobretudo considerando as especificidades dos lançamentos existentes.



DATE/SEFIN
13 nº 40

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Foi trazido no PAT: Planilha de Cálculo do Crédito Tributário, fl. 03, DFE 20202500100056, fl. 04, Termo de Início de Ação Fiscal – Notificação e CD-ROM, fls. 05-07, Relatório Circunstaciado, fls. 08-13, Termo de Encerramento, fl. 14, Notificação do Encerramento, fls. 15-17.

Razões da Decisão.

Em preliminar, o sujeito passivo diz que não foi dado o direito à autorregularização do FISCOFORME. Não foi notificada ou intimada de possíveis indícios de irregularidades ou de não conformidades detectados pelo Sistema FISCOFORME para o período fiscalizado citando o Dec. 23.856/19. Foi cerceado / suprimido seu direito à ampla defesa e ao contraditório.

Cabe esclarecer que a SEFIN-RO tem programa de estímulo à conformidade fiscal de Rondônia, o FISCOFORME. Foi uma sinalização para a sociedade a mudança de posicionamento do fisco estadual em relação à forma de fiscalizar o empresariado.

As informações sobre o funcionamento do programa são disponibilizadas no Portal do Contribuinte para que todas as inconsistências detectadas, de acordo com o cruzamento de dados, sejam apontadas para cada empresário com prazo de 30 dias para autorregularização.

A notificação é online. Em vez de chegar com diretamente com uma ação fiscal e alguma irregularidade fosse detectada, se não a fiscalização seria obrigada por lei a fazer um auto de infração. Há uma nova relação, pois com o FISCOFORME, é notificado eletronicamente e é dada a oportunidade para a regularização para evitar a multa.

Com o novo programa, o Governo do Estado espera que as empresas se mantenham regularizadas e procurem ter o máximo de adequação no cumprimento de suas ações tributárias e não fiquem expostas à penalidade, evitando onerar custos com pagamento de multas.



STATE/SEFIN
Eis nº 71

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

A utilização da tecnologia para trabalhar o programa junto ao contribuinte, demonstra conhecimento do fisco sobre as operações empresariais, como notas fiscais, cartões de crédito, e tudo que deve ser declarado.

Com o cruzamento de dados, o segundo passo a ser tomado dentro do programa é "ranquear" as empresas por conformidade com o fisco.

É uma forma de fazer um cadastro positivo das empresas, e melhorar a relação de negócios no mercado, certificando o bom comportamento tributário dos contribuintes, e ainda de revisão dos procedimentos internos da SEFIN-RO, da maneira de atuar diante das empresas.

Com a promulgação do art. 97, §§ 1 e 2 da Lei 688/96 permitiu a criação do programa FISCOFORME no Estado de Rondônia que permite a regularização antes de uma atitude mais enérgica da fiscalização. Programa pioneiro no âmbito das administrações fazendárias estaduais.

O Sistema FISCOFORME possibilita o contribuinte regularizar seus débitos apurado pelo cruzamento de informações constantes em declarações com outros documentos armazenados nos sistemas da SEFIN antes da autuação, evitando a cobrança de multa conforme art. 1 do Decreto 23.856/19.

Mas isto não quer dizer que vincula todos os trabalhos e que a estrutura está engessada e os trabalhos de auditoria não possam e não devem ser feitos.

DO AUTO DE INFRAÇÃO, DA REPRESENTAÇÃO E DA DENUNCIA

Art. 97. Verificada qualquer infração à Legislação Tributária, deverá ser iniciado o Processo Administrativo Tributário - PAT, por intermédio da lavratura de Auto de Infração, observada as exceções previstas nos §§ 3º e 4º. (NR dada pela Lei nº 4891/20 – efeitos a partir de 27.11.2020)

§ 1º. As inconsistências apuradas através do cruzamento de informações constantes em bancos de dados da Administração Tributária poderão ser objeto de notificação eletrônica, com prazo certo para regularização, ou mesmo de auto de infração, conforme o caso, na forma definida em decreto do Poder Executivo. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)

§ 2º. O não atendimento da notificação de que trata o § 1º, no prazo estipulado, poderá implicar na abertura de ação fiscal para constituição do crédito tributário, conforme previsto em decreto do Poder Executivo. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)



STATE/SEFIN
1013 n° 72

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

§ 3º. Em relação às infrações pelo não recolhimento, no prazo legal, dos créditos tributários de que trata o artigo 79-A, o Processo Administrativo Tributário - PAT terá rito especial e sumário, conforme disciplinado no artigo 149. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)

§ 4º Caso a infração verificada nos termos do caput seja decorrente do descumprimento de obrigação acessória, que ainda não tenha sido objeto da notificação prevista no § 1º e tampouco pelo DET, deverá ser adotado o procedimento constante nos §§ 6º e 7º do art. 71. (AC pela Lei 4891/20 – efeitos a partir de 27.11.2020)

(...)

Decreto 23856 de 25/04/2019

Institui o Sistema Fisconforme e seus procedimentos, no âmbito da Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia - SEFIN.

O Governador do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V da Constituição do Estado, e

Considerando os controles relativos à atividade de monitoração dos contribuintes do ICMS, por meio de sistema eletrônico de cruzamento de dados;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos visando ao cumprimento espontâneo das obrigações tributárias principais e acessórias; Considerando a necessidade de dotar o Fisco de instrumentos, com o escopo de gerar medidas preventivas e preditivas, que permitam aos contribuintes corrigirem as inconsistências encontradas por meio de autorregularização; e ainda,

Considerando o disposto no artigo 97 da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, e no artigo 115 do Anexo XII do Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS/RO, aprovado pelo Decreto nº 22.721, de 5 de abril de 2018,

Decreta:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, o Sistema Fisconforme que consiste na verificação automatizada das declarações prestadas pelo contribuinte, bem como no cruzamento dessas declarações com os registros armazenados por outros sistemas administrados pela SEFIN, para apurar indícios de irregularidades ou de não conformidade com a legislação tributária estadual e incentivar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias principais e acessórias, mediante a autorregularização.

Parágrafo único. O Sistema de que trata o caput deste artigo será gerido pela Gerência de Fiscalização da Coordenadoria da Receita Estadual - GEFIS/CRI.

Art. 2º Os indícios de irregularidades ou de não conformidades detectados pelo Sistema Fisconforme poderão ser disponibilizados ao contribuinte, por meio da notificação de pendência, na área de serviços on-line do sítio eletrônico da SEFIN, no Portal do Contribuinte, podendo, inclusive, conter informações analíticas das inconsistências apontadas, conforme definido em Ato do Coordenador-Geral da Receita Estadual.

Art. 3º O contribuinte com pendências no cumprimento de suas obrigações fiscais incluídas no Fisconforme terá o prazo certo para a correção das



STATE/SEFIN
F3 nº 23

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

inconsistências apontadas, conforme definido pela GEFIS na geração da notificação de que trata o artigo 2º deste Decreto.

§ 1º O recolhimento espontâneo e integral do débito, ou a regularização da obrigação acessória, resultará na exclusão automática da respectiva notificação.

§ 2º O pagamento do débito apontado na notificação, dentro do prazo definido, estará sujeito apenas à atualização monetária e aos juros de mora, nos termos dos artigos 46 e 46-A da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996.

§ 3º Considerar-se-á o contribuinte notificado da inconsistência apontada na notificação para fins de contagem dos prazos, no dia em que for efetivado o acesso eletrônico ao teor da respectiva pendência.

§ 4º Caso não acesse o arquivo previsto no § 3º deste artigo, o contribuinte considerar-se-á notificado 15 (quinze) dias contados a partir do envio da comunicação por meio do Domicílio Eletrônico Tributário - DET, conforme o disposto no § 3º do artigo 59-C da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996.

§ 5º Na hipótese de discordância das inconsistências apontadas pela notificação, o contribuinte deverá apresentar justificativa, em meio eletrônico, com a contestação integral ou parcial da notificação, fundamentada em documentação comprobatória.

§ 6º A apresentação da contestação suspenderá o prazo para o cumprimento da notificação contestada, até sua decisão final, que implicará, conforme a situação:

*I - caso seja procedente, na exclusão da notificação apontada; e
II - se improcedente:*

a) no recolhimento do valor apontado na notificação, com todos os acréscimos legais, nos termos dos artigos 46, 46-A e 46-B da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, até o início do procedimento de fiscalização; e

b) no cumprimento da obrigação acessória apontada na notificação, sem penalidade, até o início do procedimento de fiscalização.

§ 7º O pagamento sem a multa moratória, na forma do § 2º deste artigo, alcançará apenas o primeiro recolhimento efetuado em cada período de 6 (seis) meses.

Art. 4º Ato do Coordenador-Geral da Receita Estadual poderá disciplinar outros procedimentos para possibilitar e incentivar a autorregularização do contribuinte por meio do Fisconforme.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 25 de abril de 2019, 131º da República.

Governador

O verbo “poder” está no sentido de ter a faculdade ou a possibilidade de fazer e não no sentido do poder-dever no qual para atingir o bem público deve agir sendo uma obrigação do administrador público de atuar. É irrenunciável devendo ser executado pelo titular obrigatoriamente.



STATE/SEFIN
F.º Rº 34

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Quando se estiver a falar de princípio da isonomia, se alguns contribuintes não pagarem os tributos devidos, estes terão uma vantagem competitiva muito grande. A falta de regularidade fiscal de certos contribuintes costumazes tem o condão de acabar rapidamente com seus competidores.

Então, não se aplica o FISCOFORME do Dec. 23856/19 para este PAT.

No caso em tela, o autuante observou inconsistências dos estoques finais de 2017 do sujeito passivo. Dividiu o resultado de seu trabalho em duas frentes: erro na apuração das entradas, isto é, registrou quantidade de mercadoria que não tinha lastro em notas fiscais de entrada (mais mercadorias do que foi comprovado com as notas de entrada).

A segunda frente que não faz parte desta autuação, foi constado venda de mercadoria sem nota fiscal. Não há registro de mercadorias no estoque final, porém no levantamento das notas fiscais aponta que deveria ter mercadorias estocada.

Além de haver multa de falta de registro de nota fiscal com penalidade de 10% e de venda sem nota cobrando o valor de 17,5% do tributo e multa de 90%.

Aplica-se neste caso as legislações dos art. 71 a 73 da lei 688/96 que trata de levantamento fiscal que inclui o levantamento de estoque e as formas de sua arbitragem

SEÇÃO V DO LEVANTAMENTO FISCAL

Art. 71. O movimento real tributável realizado pelo estabelecimento em determinado período poderá ser apurado por meio de levantamento fiscal, em que poderão ser considerados, isolados ou conjuntamente, os valores das mercadorias entradas, das mercadorias saídas, dos estoques inicial e final, dos serviços recebidos e dos prestados, das despesas, dos outros encargos e do lucro do estabelecimento, bem como de outros elementos informativos. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 1º. No levantamento fiscal podem ser usados quaisquer meios indiciários, bem como aplicados coeficientes médios de lucro bruto ou de valor acrescido e de preços unitários, consideradas a atividade econômica, a localização e a



AFTE/SEFIN
F-3 nº 75

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

categoria do estabelecimento. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 -- efeitos a partir de 01/07/15)

§ 2º. A diferença apurada por meio de levantamento fiscal é considerada decorrente de operação ou prestação tributada, devendo o imposto sobre a diferença apurada ser exigido mediante a aplicação da alíquota interna prevista no inciso I do artigo 27, conforme o caso, salvo no caso em que não for possível determinar individualmente a alíquota aplicável, devendo, nesse caso, ser aplicada a maior alíquota utilizada pelo contribuinte, no período levantado, hipótese em que deverá ser considerada esta alíquota, independentemente do regime de tributação a que estiver sujeita a mercadoria. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 -- efeitos a partir de 01/07/15)

§ 3º. O movimento real tributável poderá ser arbitrado, conforme disciplina estabelecida pelo Poder Executivo, nas hipóteses em que não forem encontrados ou apresentados elementos necessários a sua comprovação. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 -- efeitos a partir de 01/07/15)

§ 4º. Identificada a falta de escrituração do livro Registro de Inventário, poderá o Fisco arbitrar o valor do estoque que, até prova em contrário, servirá de base para o levantamento do montante das operações em que incida o imposto. (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 -- efeitos a partir de 01/07/15)

§ 5º. O levantamento fiscal poderá ser complementado pelo mesmo ou outro Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, sempre que forem apurados dados não considerados quando de sua elaboração. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 6º Caso o Auditor Fiscal de Tributos Estadual - AFTE apure descumprimento de obrigação acessória no decorrer do levantamento fiscal previsto no caput, que não foi objeto de notificação via Sistema Fisconforme ou DET, deverá conceder o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, a pedido do sujeito passivo, para que este regularize a pendência, salvo se, durante a concessão do prazo, ocorrer a decadência do direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário. (AC pela Lei nº 4891/20 - efeitos a partir de 27.11.2020)

§ 7º Na hipótese do § 6º, quando se verificar que o sujeito passivo foi notificado via Sistema Fisconforme ou DET, e ainda não expirado o prazo para o cumprimento da notificação, o AFTE deverá aguardar o decurso do prazo em relação à irregularidade notificada. (AC pela Lei nº 4891/20 - efeitos a partir de 27.11.2020)

§ 8º A concessão do prazo previsto no § 6º não se aplica às espécies de obrigações acessórias que já tenham sido objeto da notificação pelo Sistema Fisconforme ou DET, conforme disciplinado por decreto do Poder Executivo. (AC pela Lei nº 4891/20 - efeitos a partir de 27.11.2020)

Art. 72. Presume-se a ocorrência de omissão de operações e prestações de serviços tributáveis, realizadas sem o pagamento do imposto, na constatação de: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 -- efeitos a partir de 01/07/15)

I - saldo credor de caixa;

II - suprimentos a caixa não comprovados;

III - manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes;

IV - ativos ocultos;

V - não registro de entradas de mercadorias ou bens;



ESTATE/SEFIN
Fis nº 76

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

VI - declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito ou débito;

VII - falta de escrituração de pagamentos efetuados;

VIII - valores creditados em conta de depósito ou de investimentos mantida junto à instituição financeira em relação aos quais o titular, regularmente notificado a prestar informações, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações;

IX - lucro excedente das vendas de produtos isentos, não tributados ou sujeitos ao regime de substituição tributária, em comparação aos percentuais médios adotados pelo setor ou fixados pela autoridade competente;

X - valores que se encontrem registrados em sistema de processamento de dados, máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal ou outro equipamento similar, utilizados sem prévia autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a extração dos dados neles constantes;

XI - superavaliação do estoque inventariado; e

XII - outros indícios que levem em consideração as disposições do artigo 71, observado o disposto em decreto do Poder Executivo.

§ 1º. Para fins de apuração do imposto identificado nos termos deste artigo, aplicam-se, no que couberem, as disposições do artigo 71. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 2º. Diante da presunção de que trata este artigo, caberá ao contribuinte o ônus da prova da não ocorrência dos fatos geradores ou do pagamento do imposto. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 3º. Servirão de prova pré-constituída da presunção de omissão de operações e prestações de serviços tributáveis, realizadas sem o pagamento do imposto: (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

I - as informações prestadas pelos contribuintes à Administração Tributária por meio de sistemas eletrônicos; e

II - os dados, informações e documentos fornecidos por outros órgãos da administração pública, federal, estadual ou municipal ao Fisco.

§ 4º. A presunção estabelecida neste artigo será ilidida pela apresentação de prova do efetivo recolhimento do imposto. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 5º. A prova do pagamento do imposto prevista no § 4º não exclui a aplicação da penalidade por descumprimento da obrigação tributária acessória. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 6º. Presumir-se-á ocorrida a omissão prevista no caput, no seguinte momento, conforme estabelecido em decreto do Poder Executivo: (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

I - na data da entrada das mercadorias ou bens, na hipótese do inciso V do caput;

II - na data da ocorrência do fato, na hipótese de levantamento fiscal diário

III - no último dia do mês, na hipótese de levantamento fiscal mensal; e

IV - no último dia do ano, na hipótese de levantamento fiscal anual.



DATA/SEFAZ
FIS nº 37

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Art. 73. Para efeito da incidência do imposto de que trata esta Lei, presumir-se-á operação tributável não registrada quando constatado: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 – efeitos a partir de 01/07/15)

I - montante da receita líquida inferior ao custo dos produtos vendidos, ao custo das mercadorias vendidas e ao custo dos serviços prestados no período analisado;

II - diferença entre o movimento tributável médio apurado em Regime Especial de Controle e Fiscalização, nos termos do artigo 64, e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; e

III - divergência apurada mediante o cotejo físico das mercadorias ou bens e o número de unidades escrituradas, assim entendida a diferença entre o estoque inicial adicionado das entradas e subtraído das saídas no respectivo período.

§ 1º. Não perdurará a presunção mencionada no inciso I quando em contrário provarem os lançamentos regularmente efetuados em escrita comercial revestida das formalidades legais. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 2º. Não será considerada revestida das formalidades legais, para os efeitos do § 1º, a escrita contábil, nos seguintes casos: (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

I - quando contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação do imposto;

II - quando a escrita ou documentos fiscais emitidos e recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verifiquem com evidência que as quantidades, operações, prestações ou valores nestes últimos lançados, são inferiores aos reais;

III - quando forem declarados extraviados os livros ou documentos fiscais, salvo se o contribuinte fizer comprovação das operações e das prestações e que sobre as mesmas pagou o imposto devido; e

IV - quando o contribuinte, embora notificado, persistir no propósito de não exibir seus livros e documentos para exame.

§ 3º. Qualquer acréscimo patrimonial não justificado pela declaração de rendimentos apresentada à Receita Federal do Brasil, para fins de pagamento do imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza, que integrar o patrimônio de pessoa física, titular, sócio ou acionista de firma individual ou de pessoa jurídica contribuintes do imposto, será considerado, em relação aos últimos, como relativo à operação ou prestação tributável não registrada. (AC pela Lei nº 3583, de 9 de julho de 2015 - efeitos a partir de 01/07/15)

§ 4º. É facultado ao Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, no exercício de suas funções, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, responsável ou terceiro. (NR dada pela Lei nº 3930, de 21.10.16 - efeitos a partir de 21.10.16) R

Por exemplo, a omissão do estoque é presumida no último dia do ano conforme art. 72, §6, IV da Lei 688/96.

Explicação da Autuação.



STATE/SEFIN
Fol nº 78

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

O sujeito passivo foi autuado por valor de operação omitida ou informada de forma incorreta. No caso em tela, a multa é de 90% com base no art. 77, inciso IV, alínea "b" da Lei 688/96, *in verbis*:

Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 efeitos a partir de 01/07/15)

(...)

IV - infrações relacionadas ao pagamento, retenção ou apuração do ICMS: (NR Lei nº 3583, de 9/7/15 efeitos a partir de 01/07/15)

(...)

b) multa de 90% (noventa por cento) do valor do imposto incidente sobre o valor da operação ou da prestação dissimulada por receita de origem não comprovada, inclusive a representada por despesa realizada a descoberto de caixa, verificada pela existência de passivo oculto ou fictício ou por qualquer outra forma de levantamento fiscal previsto nesta Lei.

O autuante constatou que houve erro no registo de informações do estoque apresentados pelo Sujeito Passivo no ano de 2017 conforme a pasta de trabalho "Análise estoque 2017" que contém as planilhas: 2017nfc, 2017nfce, apuração entradas (estoque) 2017, Estoque Inicial 2017, Estoque Final 2017, apuração saídas NFE, apuração saídas NFCE, entradas com chave 2017, resumo estoque 2017 e Apuração Auto de Infração 2017.

O autuante traz a base da autuação na planilha "resumo estoque 2017", pois com base no código do produto faz o cálculo do estoque informado na EFD e o valor correto (baseado nas informações prestadas pelo contribuinte com a declaração de estoque inicial, compras (entradas NFE e NFCE) deduzidas das saídas (NFE e NFCE) tendo como resultado o estoque esperado. Este quantitativo é comparado com (estoque final declarado na EFD).

O autuante trouxe em seu extrato: planilha "Apuração Auto de Infração 2017" o valor total de estoque "errado" saída sem nota e / ou entrada sem nota.

Neste auto de infração foi autuado os erros de estoque das saídas no valor de R\$ 189.296,59. O restante, isto é, os erros de entradas, o autuante se utilizou de outro auto de infração.



DATE/SEFIN
EIS nº 79

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

Questões de Mérito

O sujeito passivo trouxe que a autuação guarda relação com o AI 20212700100029 (citado expressamente e indiretamente abaixo), o qual trata do mesmo período fiscalizado.

Explica que nas vendas a varejo, existem produtos com o mesmo NCM e que possuem uma variedade de cores, tamanho, numeração, etc..., é “comum” e “invariável” quando do saturamento ocorrer divergências que refletem diretamente no saldo de estoque, dado a diversidade qualitativa do produto cadastrado, ocorrendo assim baixa em um determinado cadastro quando deveria ser em outro, gerando uma falsa informação de estoque negativo ou positivo, o que de fato ocorreu no caso em apreço, mas que pelas quantidades envolvidas não são relevantes ao ponto de ensejar uma autuação fiscal.

Aduz que por motivos técnicos possa ter ocorrido algumas inconsistências cadastrais de produtos, é de ressaltar que em sua “quase totalidade” os produtos comercializados pelo estabelecimento, tem como origem as transferências de mercadorias recebidas da Matriz sediada nesta capital, logo, inexistente qualquer motivação para atos considerados irregulares pelo fisco estadual.

Entretanto, temos que notas fiscais de devolução de vendas efetuadas pelo estabelecimento autuado (que são entradas para fins de estoque) foram consideradas como vendas, e vendas foram consideradas como entradas.

Operações de devolução de venda (entrada de mercadoria estoque), considerada erroneamente como “venda” (saída de mercadoria estoque) na planilha levantada pela fiscalização.

Operações de venda (saída de mercadoria estoque), considerada erroneamente como “entrada” (entrada de mercadoria estoque) na planilha levantada pela fiscalização.

Alegar ajuste de venda é a consumação efetiva da infração prevista na legislação tributária rondoniense, sendo irrelevante a alegação da defesa de



ESTATE/SEFIN
Fis nº 86

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

que não foi intenção da requerida no sentido de provocar qualquer lesão ao Fisco Estadual.

A responsabilidade é objetiva e não pode alegar “culpa” como trazido em suas palavras “No caso de aquisição de produtos da mesma espécie, como exemplo da “CPU” microprocessador, na qual tem uma variedade de modelos. Ocorre, com isso, o cadastramento equivocado de um determinado produto modelo “X” no código de produto de outro modelo, o que só vem a ser detectado posteriormente, em geral no momento do faturamento, oportunidade em que necessariamente se faz o ajuste, de forma a transferir o saldo de estoque de um produto para integrar o outro produto.

Os produtos comercializados pelo sujeito passivo geram garantia dos produtos aos clientes, essas relações são lastreadas em documentos fiscais como devoluções ou trocas, logo não se pretende ter interesse em contrário por parte do sujeito passivo em causar prejuízo ao erário público.

Uma vez mais, se comprova erro no registro de estoque, pois não há como demonstrar pela escrituração apresentada a taxa de conversão.

Essa explicação do sujeito passivo demonstra como ele efetiva seus controles, porém como o autuante comprova, houve efetivo erro da escrituração de estoque por não usar o registro 0220, procedimento exigido pelo SPED.

O Autuante praticou o que lhe compete, isto é ao averiguar qualquer ação ou omissão do contribuinte ao não obedececer os ditames da legislação tributária, que é o respeito ao art. 97 da Lei 688/96

O sujeito passivo deve manter adequadamente seus registros fiscais, principalmente, os estoques, pois são números importantes para o efeto controle das mercadorias vendidas com o seu respectivo recolhimento do ICMS e, também, o controle do CMV que a empresa utiliza para determinar o seu lucro contábil.

A orientação ao contribuinte é prestada diariamente por todos os servidores da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia que sempre se preocupam com o crescimento do Estado. Atualmente são utilizadas diversas ferramentas que



STATE/SEFIN
13.08.81

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

facilitam o acompanhamento das empresas. Entre elas, pode ser apontado o FISCOFORME, porém a SEFIN- RO não está vinculado a uma rotina de apontar erro e esperar a correção como demonstrado.

Em síntese, a Contribuinte alega que há vício formal nas planilhas acostadas pelo Fisco, onde se constata erros quantitativos, de lançamento e no uso das fórmulas. Junta a própria planilha para contrapor.

Pois bem, compulsando o documento “Análise Estoque 2017”, é possível confirmar que os resultados são divergentes do constante no documento “Estoque Final 2017”, a fórmula para busca de quantidade no estoque contém erro, não importa os valores como era esperado.

Neste diapasão, conforme apontado pelo sujeito passivo, as imobilizações das motos HONDA CG125, consta escriturado regularmente no SPED, sob o CFOP 1406, e descrita na planilha elaborada pelo fisco denominada “análiseestoque2017”, aba “entradas com chave 2017” linhas 2775, 2776, 2777 e 2778, código do produto 19666.

Na competência 08/2017 no SPED evidencia o registro das motos Honda integrado no imobilizado.

Mesmo que esse seja reconhecido posteriormente pela fiscalização havendo o expurgo do lançamento das “Motos Honda”, ainda assim o quantum apurado não corresponde à verdade material dos fatos.

Nas vendas a varejo existem diversos produtos com o mesmo NCM em razão da variedade de marcas, cores, tamanho, numeração, etc., sendo comum ocorrer divergências quando do faturamento desses produtos, dado a diversidade qualitativa dos produtos cadastrados, o que culmina por refletir nos saldos estoques, sendo necessário por ocasião do faturamento de um determinado produto ocorrer o “lançamento de ajuste” no sistema de estoques, “ajuste positivo, representado pela letra “P” para gerar saldo e “ajuste negativo, representado pela letra “N” para baixa, logo, os lançamentos de ajuste de estoques estão



TATE/SEF
fls n° 82

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA**

correlacionados, conforme se poderá atestar, ao analisar as cópias digitalizadas dos relatórios de análises por produtos emitidos pelo contribuinte.

Anexa diversos exemplos, fls. 03-90.

Nos termos do artigo 72, §2.º da Lei 688/96, o ônus da prova cabe ao sujeito, vejamos abaixo:

Art. 72. Presume-se a ocorrência de omissão de operações e prestações de serviços tributáveis, realizadas sem o pagamento do imposto, na constatação de:

§ 2º. Diante da presunção de que trata este artigo, caberá ao contribuinte o ônus da prova da não ocorrência dos fatos geradores ou do pagamento do imposto.

Neste sentido, o sujeito passivo logrou ilidir os documentos carreados pelo autor, demonstrando vício que compromete a ação fiscal, conforme artigo 81 da Lei 688/96, neste caso restou comprovada a ausência de liquidez e certeza do crédito tributário, restando prejudicada a possibilidade de sua procedência.

Art. 81. O Processo Administrativo Tributário - PAT, destinado à apuração da liquidez e certeza do crédito tributário não regularmente pago, será organizado à semelhança do processo judicial, sendo este eletrônico ou não, conforme o caso, e formalizado:

À Primeira Câmara trouxe posicionamento sobre o tema que será mantido por este Relator / Julgador no sentido de coerência e integridade dos julgamentos deste Tribunal.

PROCESSO: N° 20202701200135

RECURSO: OFÍCIO N.º 1073/21

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDO: PORTOSOFT COM. DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

RELATOR: JULGADOR – DYEGO ALVES DE MELO

RELATÓRIO : N° 055/2022/I.ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N° 036/2023/I.ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA: ICMS/MULTA – CONTRIBUINTE OMITIU OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS – CRUZAMENTO DE DADOS ENTRE



TATE/SEFIN
Fls n° 83

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
UNIDADE DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

NOTAS FISCAIS EMITIDAS E RECEBIDAS – INOCORRÊNCIA – Ao analisar os autos, é possível auferir que na planilha “Análise Estoque 2017”, elaborada pelo Fisco, há erro na fórmula de exportação dos itens no estoque, razão pela qual atesto a existência de vício formal nos documentos basilares da autuação, gerando incerteza e não liquidez do crédito tributário lançado. Infração Ilidida. Atto de Infração Improcedente. Recurso de Ofício desprovido. Mantida a Decisão de Primeira Instância. Decisão Unânime. Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros do EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou IMPROCEDENTE a ação fiscal, conforme Voto do Julgador Relator Dyego Alves de Melo, acompanhado pelos julgadores: Leonardo Martins Gorayeb, Reinaldo do Nascimento Silva e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

Todas estas informações não comprovam o ilícito praticado e não trazem certeza e liquidez ao lançamento tributário feito no bojo deste processo.

Em face de todo o exposto, respeitando os entendimentos em contrário, conheço do Recurso Voluntário interposto dando o seu provimento. Reforma a a Decisão proferida em Primeira Instância que julgou procedente para nulo a autuação fiscal.

É como voto.

Porto Velho-RO, 23 de Junho de 2025.

Roberto V. A. de Carvalho
AFTE Cad.
RELATOR/JULGADOR

TATE/SEF
SIS nº 84

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20212700100028 - FÍSICO
RECURSO : VOLUNTÁRIO Nº 1220/21
RECORRENTE : PORTOSOFT COM. DE PROD. DE INFORMATICA LTDA
RECORRIDA : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RELATOR : ROBERTO VALLADÃO ALMEIDA DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 089/2025/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : **ICMS/MULTA – OMISSÃO DE REGISTRO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS – LIVRO DE INVENTÁRIO – LEVANTAMENTO DE ESTOQUE – NULIDADE** – Foi trazido nos autos que a empresa omitiu operações e declarou valor de forma incompleta as saídas de mercadorias. Ao analisar os autos, é possível auferir que na planilha “Análise Estoque 2017”, elaborada pelo Fisco, há diversos erros no levantamento fiscal (notas canceladas indevidamente incluídas, notas não consideradas, erro na fórmula de exportação dos itens no estoque, entre outros), evidenciando a existência de vício material nos dados da autuação, gerando incerteza e não liquidez do crédito tributário lançado. Reformada a decisão singular de procedência para nulidade do auto de infração. Infração ilidida. Recurso Voluntário provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer do recurso interposto para dar-lhe provimento, reformando a decisão de Primeira Instância que julgou procedente para **NULO** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Roberto Valladão Almeida de Carvalho acompanhado pelos julgadores Leonardo Martins Gorayeb, Luísa Rocha Carvalho Bentes e Dyego Alves de Melo.

TATE. Sala de Sessões, 16 de junho de 2025.

Rabiano Emanoel F. Caetano
Presidente

Roberto Valladão Almeida de Carvalho
Julgador/Relator